



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

GÊNERO NO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DO SAG CAFÉ

RAQUEL SANTOS SOARES MENEZES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

AMANDA ELVIRA RESENDE NUNES SILVA

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ" - USP

JOSIANE COTRIM MACIEIRA

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEA

FERNANDA JUNIA DORNELA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

FRANCIELIH DORNELES SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO - UFCAT

Agradecimento à órgão de fomento:

É importante mencionar que este trabalho foi viabilizado pelo financiamento da IllyCaffé, multinacional italiana que atua no Brasil no mercado de cafés especiais e também por meio da Universidade do Café, que realiza pesquisas, estudos e cursos com foco na cafeicultura. Nosso agradecimento especial à Illy Caffé e à Universidade do Café

GÊNERO NO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DO SAG CAFÉ

INTRODUÇÃO

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o período de 2015 a 2030. Tais objetivos se referem ao esforço coletivo de governos, organizações e empresas, a fim de eliminar a pobreza do planeta e promover o Desenvolvimento Sustentável, melhorando as condições de vida nas questões econômicas, sociais e ambientais (Beintema, 2014). Especificamente sobre o papel das organizações na promoção de um mundo melhor, destaca-se o conjunto de práticas que vêm sendo conhecidas sob a sigla *Environmental, Social and Governance* (ESG). Esse termo refere-se às boas práticas ambientais, sociais e de governança, e remete à intenção de enxergar as empresas de forma holística, indo além das métricas financeiras tradicionais (EY, 2021). Embora não seja um tema novo, a preocupação das organizações com as questões sociais vem ganhando força nos últimos anos, dentre elas, a luta pelos direitos das mulheres (Monteiro et. al. 2021).

Dentre os 17 objetivos, o quinto consiste em “Alcançar a Igualdade de Gênero e Empoderar todas as mulheres e meninas”. Este objetivo pode ser considerado transversal, pois perpassa pelo menos outros 6, dos 17 objetivos, como: erradicação da pobreza; promoção da boa saúde, bem-estar, educação; crescimento econômico; emprego digno; combater as mudanças climáticas e seus impactos (Carvalho, 2017). Entretanto, apesar da atenção dada ao gênero pelas Nações Unidas, a comunidade de pesquisa e desenvolvimento agrícola não compreendeu prontamente a importância das questões de gênero no desenvolvimento rural. A exemplo disso, a inserção da temática de gênero e uma ampla variedade de assuntos que derivam dessa terminologia pode ser considerada relativamente recente no campo dos estudos sobre os Sistemas Agroindustriais (SAGs).

No Brasil, o Agronegócio ocupa mais de 18,9 milhões de pessoas, sendo cerca de 69% pessoas do gênero masculino e 30% do gênero feminino. Em, 2020 foi responsável por 26,1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, representando o motor da economia brasileira (CEPEA, 2021). Uma das principais atividades da agricultura no agronegócio nacional é a cafeicultura, sendo o Brasil o principal produtor mundial e exportador de café (EMBRAPA Café, 2021). Do ponto de vista econômico, há projeções de que um maior equilíbrio de gênero poderia adicionar até U\$12 trilhões ao PIB Global (Mckinsey Global Institute, 2016). Na agricultura, entende-se que um maior controle e propriedade de ativos por mulheres é um mecanismo mais eficiente do que o simples aumento de renda ou consumo, no sentido de criar caminhos para acabar com a pobreza (Berhamn, Meinzen-Dick, & Quisumbing, 2014).

No que se refere ao ESG, as questões de gênero no agronegócio, e na cafeicultura em particular, podem ser consideradas de forma transversal, uma vez que as mulheres desempenham um papel importante nas questões que se referem ao ambiente, em especial às mudanças climáticas; no social, a diversidade e práticas de gestão de pessoas não discriminatórias; e na governança, a promoção de políticas de remuneração, sucessão e equidade na compensação por gênero. Entretanto, o “S”, do social, onde se concentram as iniciativas e oportunidades voltadas para mulheres e diversidades em organizações, são aquelas que têm recebido menos investimentos (Almeida & Nery, 2021).

Também na governança, a participação de mulheres em conselhos e cargos estratégicos de tomada de decisão em organizações dos diversos SAGs do Agronegócio ainda é muito baixa. Em cooperativas e associações de café na Região do Cerrado Mineiro, por exemplo, a participação de mulheres na diretoria era de 2,77%, nos conselhos 4,11% e na gerência é de 35,72% (Dornela & Menezes, 2017). Os números apresentados refletem o desequilíbrio de

gênero existente em todo o SAG do café, da base, onde estão as produtoras, até às cooperativas e organizações de apoio.

É possível também constatar o desequilíbrio de gênero no sistema Agroindustrial do Café. O número de mulheres nas ciências agrárias vem aumentando substancialmente no país nas últimas décadas, inclusive na pós-graduação. Muitas mulheres formadas nesta área, optam pela pesquisa devido às más expectativas ou experiências ruins vivenciadas no mercado de trabalho. Quando se analisa, por exemplo, a coordenação dos projetos, a distribuição das bolsas entre os sexos, quase 70% são coordenadas por homens, e praticamente 80% das bolsas de produtividade em desenvolvimento tecnológico e inovação também são atribuídas a pesquisadores do sexo masculino (Nascimento, 2017). Ou seja, a segregação vertical por gênero também ocorre no âmbito da pesquisa no café.

Assim, considerando-se as evidências acima mencionadas, existe um desequilíbrio de gênero no SAG do Café no Brasil, o que alija mulheres de uma maior e mais efetiva contribuição a este setor no país. Logo, diante desse contexto, e da importância de buscar alcançar a igualdade de gênero e de empoderar todas as mulheres e meninas - ODS 5 - para o Desenvolvimento Sustentável, acredita-se ser fundamental compreender, inicialmente, as principais razões que levam ao desequilíbrio de gênero no SAG do Café, no Brasil, sendo este o objetivo principal deste trabalho, que busca responder à seguinte questão de pesquisa: Quais motivos alimentam a desigualdade de gênero no sistema agroindustrial do café?

A realização deste trabalho justifica-se teórica, gerencial e socialmente. Quanto à justificativa teórica, quando se consideram os SAGs, a ausência de dados e informações específicas sobre as mulheres alimentou, por muito tempo, a invisibilidade desse grupo e de sua significativa contribuição em todos os segmentos da cadeia produtiva, e, embora alguns avanços recentes tenham ocorrido, como a publicação do livro “Mulheres dos cafés no Brasil”, elas continuam sendo um dos grupos mais marginalizados da sociedade.

Como justificativa gerencial, compreender os motivos que alimentam a desigualdade de gênero no SAG do café é importante para que as organizações possam promover ações com embasamento e que visem mitigá-los e reduzir a segregação sexual vertical, que faz com que as mulheres sejam sub-representadas nos conselhos de administração e demais órgãos e instâncias da tomada de decisão. Socialmente, identificar esses mesmos motivos, poderá contribuir para empoderar as mulheres que atuam no SAG do café, no Brasil, representando uma forma de viabilizar o desenvolvimento rural, a agricultura sustentável, a segurança alimentar, a melhoria da nutrição e, num sentido mais amplo, contribui para o alcance do ODS 5.

Para o alcance do objetivo pretendido com esta pesquisa, além deste breve panorama tecido nesta introdução, buscou-se analisar as imbricações entre gênero, agronegócio e café no Brasil. Na sequência, descreve-se o método utilizado, que foi o de Painéis com Especialistas, para em seguida apresentar os resultados e discussões e as conclusões finais do trabalho.

GÊNERO NO AGRONEGÓCIO E NO CAFÉ: CONTEXTO BRASILEIRO

Quando se analisa a questão do gênero no meio rural brasileiro, existem diferenças expressivas dentre os sistemas agroindustriais. Publicações internacionais como o relatório “*Progress of the World’s Women 2019-2020*” (ONU, 2019), analisam as questões mais específicas do espaço doméstico onde ainda persistem desigualdades que impedem as mulheres de avançar mais no mercado de trabalho e geração de renda. Segundo este relatório, no Brasil, em culturas como soja e café predominam fazendas empresariais, e nestas, há uma prevalência de homens dirigindo e trabalhando estes empreendimentos. Estimativas para a agricultura no mundo apontam que, caso as mulheres tivessem o mesmo acesso aos recursos produtivos que os

homens, elas poderiam aumentar a produção em suas fazendas em 20-30% (Quissumbing, 2014).

O Centro de Estudos Avancados em Economia Aplicada [CEPEA] (CEPEA, 2018) lançou uma série temática de análises numéricas sobre Mulheres no Agronegócio, com foco na participação das pessoas de sexo feminino no mercado de trabalho do agro. Por meio do estudo, foi possível constatar que entre 2004 e 2017, o número de mulheres atuando no agronegócio passou de 24,1% para 28%. Em outros segmentos, no Brasil, as mulheres representam, em média, 40% dos trabalhadores. A metodologia do CEPEA considera 4 segmentos do agronegócio: Agrosserviços, Agropecuária, Agroindústria e Insumos. No intervalo de 10 anos observado, o número de mulheres aumentou nos “Agrosserviços”, passando de 38,46% em 2004 para 45,32% em 2015. Na Agropecuária, a participação do sexo feminino diminuiu de 24,45% para 19,66%. Nos demais segmentos, o percentual foi praticamente o mesmo, na casa de 34 a 36% na agroindústria, e menos de 1% no setor de insumos.

Quando se analisam os homens, a maior concentração está no setor da Agropecuária, enquanto as mulheres se concentram mais nos Serviços. Os dados possibilitam ainda analisar em quais culturas as mulheres estão mais envolvidas, na agropecuária, sendo a principal a hortifruticultura, com 18,79%, enquanto o café emprega 7,24% das mulheres na agropecuária (incluindo trabalhadoras com e sem carteira assinada, empregadoras e as que trabalham por conta própria) (CEPEA, 2018).

Especificamente sobre o café, nos últimos anos, tem-se verificado o surgimento de inúmeras iniciativas relacionadas a gênero. As primeiras mobilizações ocorreram entre 2011 e 2012, quando foi criado o capítulo brasileiro da *International Women 's Coffee Alliance* [IWCA]. A IWCA é uma organização sem fins lucrativos, cuja proposta é contribuir para o empoderamento das mulheres no setor cafeeiro internacional, apoiando uma rede global de organizações independentes, auto-organizadas e autogovernadas chamadas Capítulos da IWCA (IWCA, 2020).

Desde a criação do Capítulo Brasil, IWCA Brasil, esta organização tem sido pioneira e propulsora de avanços significativos no que se refere à promoção da equidade de gênero na cadeia de café no país. Uma das principais ações realizadas pela organização foi a edição do livro “Mulheres dos Cafés no Brasil”, com tradução para o inglês, uma das primeiras e principais obras sobre mulheres na cafeicultura do país. O livro resultou de uma parceria com a Embrapa, e de outros patrocinadores, que tornaram a publicação possível em 2017.

O livro é uma coletânea de dezessete artigos sobre temas relacionados às mulheres em diversas atividades na cafeicultura brasileira, e trouxe uma contribuição efetiva no sentido de ajudar a responder “quem são” as mulheres dos cafés no Brasil. Embora os capítulos não estejam inter-relacionados por uma única abordagem, as temáticas tratadas oferecem um panorama que possibilita um entendimento amplo dos inúmeros papéis que as mulheres exercem na cafeicultura nacional, bem como em outras partes do sistema agroindustrial do café no Brasil.

A metodologia qualitativa é predominante nos capítulos que apresentam o envolvimento das mulheres na produção, como agricultoras familiares, meeiras, trabalhadoras rurais ou compartilhando a direção com familiares em estabelecimentos agrícolas. Com isso, não é possível traçar comparativos entre as regiões em função do tamanho da propriedade ou tipo de atividade realizada pelas mulheres. Sem a pretensão de reduzir a complexidade ou a profundidade das contribuições dos (as) autores (as), a Figura 1 traz uma breve caracterização do envolvimento das mulheres por região produtora apresentada no livro.

Em termos quantitativos, 13,2% (40,3 mil) dos mais de 304,5 mil estabelecimentos que trabalham com café no Brasil são dirigidos por mulheres. Quando se acrescentam os dados de mulheres que participam da atividade na codireção da propriedade juntamente com seus cônjuges, tem-se mais 48,1 mil mulheres. Somadas, portanto, apenas as que estão na condição

de “produtoras de café”, como dirigentes ou na codireção da propriedade, esse número é próximo a 30%. Assim, considerando os dados disponíveis do último Censo Agropecuário, mais de 85 mil mulheres estão envolvidas na produção de café no Brasil, na condição de produtoras (Alves et al., 2022). Não há dados oficiais disponíveis sobre as mulheres em outras atividades, mas existem inúmeros indícios de que venha aumentando nos últimos anos o número de assistentes técnicas, *traders*, baristas, extensionistas, pesquisadoras, baristas, e empresas de torrefação de cafés fundadas por mulheres (Menezes & Boaventura, 2017)

Além de ter trazido visibilidade num sentido amplo, a muitas mulheres envolvidas diretamente na cafeicultura, a publicação do livro e as diversas iniciativas da IWCA no Brasil abriram espaço para discussão de outros temas que estão interseccionados com o gênero. Dentre eles, a questão da raça, que está na origem da produção de café no país, quando muitos escravizados negros trabalhavam nas lavouras e em outras atividades.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, e classificada como descritiva quanto aos objetivos. É importante mencionar que este trabalho foi viabilizado pelo financiamento da IllyCaffé, multinacional italiana que atua no Brasil no mercado de cafés especiais e também por meio da Universidade do Café, que realiza pesquisas, estudos e cursos com foco na cafeicultura. Para operacionalizar a pesquisa, foi empregado o Painel de Especialistas, que consiste em um método de coleta de dados exploratório, qualitativo, amplamente utilizado, com o objetivo de estimular o compartilhamento de ideias e conhecimentos (Nogueira & Fuscaldi, 2018). Os painéis foram realizados ao longo dos meses de abril e maio de 2021, de forma *on-line*, utilizando-se a plataforma Zoom Meetings. Cada painel teve duração aproximada de 1h30 a 2h, e foram realizados ao todo 6 painéis, sendo apresentados nesta pesquisa, alguns dos resultados dos Painéis 2, 3 e 4. Os demais serão discutidos em trabalhos posteriores. O número de participantes em cada painel foi de 4 a 6 especialistas convidadas (os), totalizando 31 representantes dos ambientes institucional e organizacional da cafeicultura no Brasil, especialmente das regiões das Matas de Minas, Cerrado Mineiro e Sul de Minas, as três principais regiões que produzem café no principal estado brasileiro produtor, Minas Gerais.

Por especialistas, entende-se pessoas que possuem algum conhecimento empírico ou teórico sobre o campo de gênero e/ou café, tendo sido ouvidas participantes de outros SAGs com algum contato prévio com o tema de mulheres e/ou gênero no agronegócio ou áreas correlatas. Cabe destacar que os participantes deram permissão para gravação dos painéis e suas posteriores transcrições na íntegra, sendo garantido a eles sigilo de identidade e total liberdade para deixarem a pesquisa a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo e/ou constrangimento.

Após breve introdução do painel, a mediadora pedia a cada participante que respondesse as perguntas conforme fossem sendo colocados os tópicos, limitando o tempo de respostas. Após cada rodada, a mediadora abria espaço para que os outros pesquisadores presentes pudessem complementar ou fazer suas perguntas e percepções sobre a questão apresentada, sendo três rodadas de perguntas: 1) Cite duas iniciativas que você conhece que estão sendo implementadas no SAG do café e contribuem para aumentar o equilíbrio de gênero; 2) Quais os benefícios destas ações; 3) Quais obstáculos ainda persistem e como eliminá-los.

Como vantagens da utilização desse método, destaca-se o fato de que os painéis foram realizados de forma *on-line*, possibilitando um número maior de participantes, que não precisaram se deslocar para participar da pesquisa. Esse aspecto é especialmente vantajoso quando se consideram as dimensões continentais do Brasil, e os desafios adicionais advindos da pandemia da Covid-19. Do ponto de vista técnico, as vantagens observadas nos painéis vão ao encontro da literatura (Nogueira; Fuscaldi, 2018), que sugere que há compartilhamento de ideais, debate e busca pelo consenso. Entretanto, também houve painéis em que algumas

desvantagens foram percebidas, como o peso da percepção de cada especialista e a dificuldade de identificar pontos de vistas distintos de suas próprias convicções.

Para análise dos dados, utilizou-se a técnica de Análise do Conteúdo, com o software *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* [IRaMuTeQ] que possui aplicabilidades para análises lexicográficas de frequência, tais como a Nuvem de Palavras, bem como análises lexicográficas multivariadas referentes ao Método de Classificação Hierárquica Descendente, Método de Análise *Similitual*, Análise Fatorial de Correspondência (AFC) e apresenta as Estatísticas de Conteúdo para o estudo. Assim, como forma de padronização, as narrativas dos painéis foram estruturadas em forma de corpus textual, unidades de textos (UT) e segmento de texto (ST) para uma identificação dos grupos de palavras.

Assim, o *corpus* geral com as contribuições dos especialistas foi constituído por 31 textos, representando cada relato, com o aproveitamento de 94,41% do corpo textual, totalizando em 743 segmentos de textos analisados. Emergiram 28.287 ocorrências (palavras, formas, termos ou vocabulários), sendo que, destas ocorrências, 3749 são palavras ou termos distintos e 1948 com uma única ocorrência. A média de ocorrências incorporadas, por cada participante, foi de 912,18.

A segunda análise realizada foi por meio da ferramenta do Dendograma, que agrupa temas de conteúdos em “classes”, o que equivale a categorias temáticas que serão aqui exploradas na seção de resultados e discussões. A fim de aprofundar a análise textual, aplicou-se o método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) ou, o Método Reinert, para compreender as expressões apresentadas no decorrer do *corpus*, cruzando segmentos de textos e palavras (Canuto et al., 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mentalidade Sensível ao Gênero

Nesta categoria, evidencia-se o aspecto relacional do gênero, uma vez que se pôde observar o reconhecimento da necessidade de promover o debate acerca do assunto do gênero também com os homens, no sentido de pensar conjuntamente, e buscando entender as dinâmicas relacionadas à presença de mulheres na cafeicultura. Nos painéis, a cultura atual predominante, ainda machista, foi citada como um dos maiores obstáculos a serem vencidos para um maior equilíbrio de gênero. Conforme exposto no Painel 4: “Uma das coisas que elas falavam comigo: ‘Esse mundo da cafeicultura é masculino, só tem homem’. Quando a gente vai vender, os compradores perguntam ‘Onde está seu marido?’. [...] A cadeia precisa de saber que é a mulher que está na **frente** do negócio e ela é capaz de negociar, saber o valor dela”. Sob esse aspecto, pode-se inferir que a identificação da mulher no agronegócio como sendo atrelada a uma figura masculina, o que Menezes, Silva & Katagiri (2016) chamaram de “identidades ancoradas”, ainda é um obstáculo para o protagonismo e empoderamento das mulheres nesse setor.

De forma complementar, um dos principais benefícios esperados e até já vivenciados a partir das iniciativas em andamento, é justamente “dar voz” às mulheres, possibilitando mais acesso aos espaços de decisão, seja na esfera doméstica, nos assuntos relacionados à produção do café em si e à gestão do negócio, seja estando à frente de organizações em que elas estão, de fato, representadas. Segundo Nelson e outros (2015) o papel das organizações para o empoderamento econômico de mulheres é o de engajar, capacitar e defender. No que se refere à liderança, os autores defendem a necessidade de inserir o gênero na agenda estratégica dos líderes, bem como o suporte estrutural de homens e mulheres na alta gestão que estejam comprometidos com os indicadores e políticas de diversidade com foco nas mulheres em toda a organização e ao longo da cadeia de suprimentos.

A construção conjunta de uma mentalidade sensível ao gênero, e inserção desse assunto com todos os envolvidos - homens e mulheres -, portanto, pode se dar por meio de ações com foco na conscientização sobre o assunto, o que pode ser corroborado pela exposição feita no Painel 2:

Olho muito para essa mulher que não tem a nossa posição, que não está na gestão. A gente até tem feito algumas iniciativas, como começar a construir alguns comitês de gênero dentro da própria fazenda, para trazer essas mulheres e para que elas **entendam** que elas têm **voz**, que elas têm espaço para serem ouvidas, para se colocar, para trazer suas demandas e trabalhar. Isso deve ser feito dentro das nossas próprias propriedades até que os próprios **homens entendam** que nós, de fato, estamos dando espaço para as mulheres [...] nós que estamos à **frente** da administração dos negócios, precisamos **pensar** nisso [...] **pensar** nessa mulher lá do campo.

Em menor grau, mas nesta mesma linha de raciocínio, aparece “direitos” como sendo uma questão a ser considerada para que essa mentalidade sensível ao gênero seja efetiva, garantindo direitos essenciais das mulheres, que em alguns casos, como no das pequenas produtoras rurais, nem chegam a conhecer direitos básicos como licenças de saúde e aposentadoria, conforme apresentado no Painel 3: “Muitas das vezes, ela é produtora de café, mas sempre responde nas documentações que sua função é ‘dona de casa’ ou ‘dona do lar’, e isso prejudica na hora da aposentadoria ou de requerer os seus **direitos**”. Embora Lisboa & Lusa (2010) apresentem uma evolução dos direitos das mulheres rurais no Brasil a partir da década de 80, com o reconhecimento da profissão de agricultora e acesso ao Salário Maternidade no ano de 1994, nota-se que o conhecimento e acesso das mulheres a esses direitos ainda não ocorre plenamente na cafeicultura.

Nesta categoria, o gênero nitidamente é evidenciado a partir da cultura predominante na sociedade atual, embora se reconheça uma mudança em curso nos papéis sociais que alimentam as estruturas das relações de poder, dialogar sobre o assunto, inserir as questões na pauta das decisões estratégicas, incluir homens e mulheres nas discussões, capacitar mulheres, são formas de possibilitar a propagação de uma nova mentalidade sensível ao gênero no café. Conforme discutido no Painel 4, “[...] quando se investe nas mulheres, quando se traz mais oportunidade para ela, isso é vantajoso para a sociedade como um todo, e eu acredito que muitos dos nossos gestores, eles não se atentaram para isso ainda”.

Eliminar barreiras para garantia de direitos e crédito

Esta categoria se refere mais diretamente às barreiras que precisam ser removidas para um maior equilíbrio de gênero no SAG café. Palavras como “público” e “político” fazem menção direta à necessidade de elaborar políticas públicas, o que se dá em âmbito governamental, a fim de transpor as barreiras e vencer a resistência às discussões sobre o assunto, garantindo acesso ao crédito, por exemplo, e aos direitos. Informar sobre a disponibilidade de recursos, preparar para acessá-los, em relação aos documentos necessários, por exemplo, é algo que está no âmbito do governo e que pode impactar um número muito maior de mulheres. Nesse sentido, Lisboa (2010) afirma que deve-se ter claro o papel das políticas públicas no que se refere à equidade de gênero: não se trata apenas de políticas para pessoas do sexo feminino, mas políticas com enfoque de gênero, que consideram a complexidade relacional envolvida no assunto. Ou seja, quase nunca questões como crédito e direitos serão decididas e dirão respeito somente às mulheres, mas se estendem à família, maridos, filhos e outros agentes capazes de influenciar a decisão que terá impacto na vida de muitas pessoas. Estima-se que 25% dos recursos do Pronaf sejam atualmente utilizados por mulheres no Brasil (Dias, 2019). Entretanto, quando se analisam dados desagregados desse programa governamental, no Estado de Minas Gerais,

apenas 8% (Banco Central do Brasil, 2019) destes recursos, em 2019, foram utilizados por pessoas do sexo feminino, o que sugere que, neste estado, o acesso ao crédito por mulheres é menor do que em outras atividades e em outros estados (Fernandes, 2008).

Diante de dados, como os apresentados, pode-se compreender, conforme apontado no Painel 3 que “[...] a questão de **gênero** passa por uma questão muito mais profunda que é cultural e colonial, é muito difícil, mas importante trabalhar a sensibilização dessas mulheres mostrando que elas podem ter a sua autonomia e poder”. É perceptível, conforme exposto no Painel 2, que ainda há “[...] uma desigualdade [entre produtores de café e produtoras] de **acesso** e recursos”, sendo necessário “[...] trabalhar juntos para desconstruir essas **barreiras** que ainda existem”. Essas barreiras dificultam, conforme ainda exposto no Painel 2, “[...] **acesso ao crédito** e até mesmo **acesso** às informações [...] mulheres mais fragilizadas, que têm menos condições, que estão sujeitas à dupla jornada de trabalho, à falta de **acesso** à informação, muitas vezes, a terra que possuem, não sabem que são donas junto com seus maridos.

Especificamente sobre o acesso à informação, no Painel 2 foi colocado que, no caso específico das pequenas produtoras, “[...] a sobrecarga de trabalho dificulta o **acesso** à informação”. Além disso, há “ a dificuldade de **acesso** à internet, a precariedade das estradas, a dificuldade de **acesso** aos grandes centros, e a dificuldade para chegar mais cursos, mais técnicos para essas produtoras”.

Nos trechos acima, retirados dos painéis, novamente as barreiras que dificultam o acesso das mulheres a seus direitos e ao crédito são referidas, sendo a falta de informação a principal delas. Para garantir a abrangência deste público de mulheres, especialmente as pequenas produtoras, faz-se necessário combinar políticas públicas e privadas, a fim de atendê-las e potencializar sua participação na cafeicultura, com acesso garantido a recursos e direitos. Como afirmado no Painel 3 “[...] estamos falando de **políticas públicas** que muitas das vezes as mulheres não têm acesso porque estão ligadas à figura masculina”. Especificamente sobre as políticas públicas, é apontado ainda no Painel 3 que “[...] como **políticas públicas** estamos adormecidos, assim temos que tentar trabalhar com outras instituições para ver se avançamos de uma outra maneira as questões de **gênero**”. Para Waltz (2016) o treinamento de mulheres em habilidades técnicas nas áreas rurais é um dos principais mecanismos para promover o empoderamento deste público no Brasil, pois na medida em que elas demonstram à família que são capazes de se envolver nos negócios, entendendo dos aspectos considerados mais “*hard*”, vão conseguindo adentrar mais na esfera produtiva e contribuindo mais efetivamente para os resultados.

A institucionalização de políticas públicas que abordem a questão de gênero, enfrenta também barreiras, como o machismo. Conforme foi exposto no Painel 3, “ O comitê institucionalizou uma **política pública** abrangendo todas as secretarias do Ministério da Agricultura e, nessa época, foi muito difícil romper **barreiras** para se tornar um programa de sucesso. Teve muita **resistência** masculina, porque o Ministério da Agricultura propriamente dito é muito masculino, hoje já nem tanto, mas já foi [...]”.

Para promover políticas públicas adequadas para cada segmento do SAG Café, é importante levar em conta o tamanho da propriedade e o modelo de cafeicultura ali empreendido, por exemplo. O crédito funciona como um incentivo e por vezes até como uma alavanca para o negócio, mas trata-se também de uma operação que envolve riscos. Dar treinamentos a estas mulheres e prepará-las para fazer a gestão destes recursos obtidos é tão importante quanto conceder o crédito em si, evitando o endividamento excessivo que pode colocar em risco a atividade como um todo, como ressaltou Quissumbing (2014), caso as mulheres tivessem o mesmo acesso aos recursos produtivos que os homens, elas poderiam aumentar a produção em suas fazendas em 20-30%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país citado como exemplo de uma economia emergente, com recursos naturais abundantes e boas capacidades de industrialização, porém, problemas básicos, como falta de saneamento, segurança e igualdade de oportunidades, ainda se fazem presentes (Huatuco & Ball, 2019). Tendo sido identificados como prioridades no país, os ODS: 1, 2, 3, 5, 9 e 14 (Governo do Brasil, 2017). O que corrobora a importância desta pesquisa e de seus achados no que tange ao ODS 5. O objetivo deste trabalho foi compreender as principais razões que levam ao desequilíbrio de gênero no SAG do Café, no Brasil, possibilitando avançar na compreensão desse desequilíbrio. Dentre os motivos apontados, parte deles se assenta no próprio desconhecimento existente acerca do assunto nos SAGs no país, que somente nas últimas duas décadas começaram a transparecer preocupações sobre a presença (ou ausência) de mulheres nas diversas atividades da cafeicultura. Além disso, a cultura predominante no entorno rural, onde ocorrem as principais relações sociais de gênero, e conseqüentemente de poder, ainda remetem ao machismo em sua forma estrutural. Ou seja, por mais que iniciativas sejam tomadas no âmbito de organizações, e mesmo tomadas de consciência e posturas de mulheres e homens no sentido de combater esse machismo, faz-se necessário adentrar em aspectos mais profundos da construção social coletiva que forma a cultura do gênero, para então, buscar meios de transpor as barreiras que ainda persistem.

Cabe ressaltar que, apesar do tamanho e da representatividade do Brasil na cafeicultura mundial, o país não costuma ser alvo de investimentos específicos com foco em gênero nesse setor. Combater essa invisibilidade depende de uma mobilização e abertura ao entendimento de que, se o gênero não se apresenta como um grande “problema”, em termos de prioridades no SAG do Café no país, a ponto de merecer recursos e projetos estruturados, um olhar sob a perspectiva da “oportunidade” se revela como um novo horizonte que pode se abrir para uma cafeicultura mais diversa, inclusiva e sustentável, com uma maior participação de mulheres, e maior envolvimento desse público nas principais decisões que dizem respeito ao setor.

O foco das ações de gênero no café no Brasil deve ser pautado, portanto, no fomento à inovação (inclusive a social), ao empreendedorismo e a liderança de mulheres em todas as suas formas, e não no assistencialismo. Sob esse ponto de vista, a inovação social deve ser entendida como um processo interseccional. Deve ser construído coletivamente por organizações e as comunidades envolvidas, tendo as pessoas no centro do desenho das soluções (Banerjee; Santos; & Hulgard, 2021), e que apresente uma linguagem comum, compreendida por acadêmicos, profissionais e formuladores de políticas, possibilitando a sinergia de ideias e um progresso mais ágil (Huatuco & Ball, 2019). Conectar esses projetos aos ODS e às iniciativas de ESG, estabelecer metas e métricas sistematicamente monitoradas com indicadores estratégicos do impacto social desta transformação no âmbito da vida das mulheres, organizações, e comunidades, serão o principal argumento de que de fato, uma cafeicultura mais equilibrada no gênero, é também mais sustentável.

Diante dos achados desta pesquisa, aponta-se como sugestões para pesquisas futuras aprofundar na análise das razões que levam ao desequilíbrio de gênero no SAG café, no Brasil, abordando outros marcadores sociais da diferença, como raça, idade, sexualidade, nacionalidade e outros, que, interseccionados com gênero, resultam em um desequilíbrio ainda mais profundo. Adentrar nessas interseccionalidades, possibilita ir mais a fundo na estrutura cultural que molda as relações sociais, profissionais e de poder no SAG Café e que envolve o racismo, o cisheteropatriarcado e o capitalismo, em conjunto. Por fim, é pertinente sugerir que esta pesquisa seja adaptada a diferentes contextos e aplicada em outros importantes países produtores de café, cujo SAG Café apresenta desequilíbrio de gênero, como América Central e Caribe.

REFERÊNCIAS

- Almeida, C., & Nery, E. M. (2021). *Cadê o S do ESG? Fundos sociais ainda são minoria no mercado, dizem especialistas*. Obtido em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cade-o-s-do-esg-fundos-sociais-ainda-sao-minoria-no-mercado-dizem-especialistas,70003659557>. Acessado em 20 de abril de 2021.
- Alves, H. M. R., Arzabe, C., Oliveira, M. S., & Volpato, M. M. L. *Mulheres Cafeicultoras: Censo Agro 2017*. Obtido em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/223728/1/FOLDER-MULHERES-CAFEICULTORAS-VERSAO-GRAFICA.pdf>. Acessado em 21 de maio de 2021.
- Banco Central do Brasil. (2019). *Estabilidade Financeira*. Obtido em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acessado em 29 de junho de 2021.
- Banerjee, S.; Santos, L. L.; Hulgard, L. (2021) Intersectional knowledge as rural social innovation. *Journal of Rural Studies*. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.04.007>
- Beintema, N. (2014). Enhancing Female Participation in Agricultural Research and Development: Rationale and Evidence In: Quisumbing, A. et al. (Ed.). *Gender in Agriculture: Closing the Knowledge Gap. FAO The Food and Agriculture Organization of the United Nations and Springer Science*. pp. 445.
- Berhman, J. A., Meinzen-Dick, R., & Quisumbing, A. R. (2014). Understanding Gender and Culture in Agriculture: The Rule of Qualitative and Quantitative Approaches. In: Quisumbing, A. et al. (Ed.). *Gender in Agriculture: Closing the Knowledge Gap. FAO The Food and Agriculture Organization of the United Nations and Springer Science*. pp. 445.
- Canuto, A., Braga, B., Monteiro, L., & Melo, R. (2020). Aspectos críticos do uso de caqdas na pesquisa qualitativa: uma comparação empírica das ferramentas digitais alceste e iramuteq. *New Trends in Qualitative Research*, 3, pp. 199-211.
- Carvalho, L. Prefácio. (2017). In Arzabe, C., Macieira, J. C., Menezes, R. S. S., Baliza, D. P., & Mourão, T. F. (Eds.) *Mulheres dos Cafés no Brasil*, pp. 315. Brasília, DF: EMBRAPA.
- Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada [CEPEA] (2021). *Mercado de Trabalho*. Obtido em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/mercado-de-trabalho-do-agronegocio.aspx> . Acessado em: 13 de janeiro de 2022.
- _____. (2018). *Mulheres no Agronegócio*. Piracicaba, 1, Novembro.
- Dias, T. C. C. C (2019). Espaço e Representatividade para as mulheres do campo. Obtido em: [http://mulheresrurais.iica.int/pdf/IICA-LibroMujerRural-Portuguez-2019\(web\).pdf](http://mulheresrurais.iica.int/pdf/IICA-LibroMujerRural-Portuguez-2019(web).pdf) . Acessado em: 23 de abril de 2021.
- Dornela, F. J., & Menezes, R. S. S. (2017) Mulheres da cafeicultura no Cerrado Mineiro: desafios e possibilidades. In Arzabe, C., Macieira, J. C., Menezes, R. S. S., Baliza, D. P., & Mourão, T. F. (Eds.) *Mulheres dos Cafés no Brasil*, pp. 315. Brasília, DF: EMBRAPA.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária [EMBRAPA] (2021). *Produção mundial de café robusta deve atingir 77,1 milhões de sacas de 60kg na safra 2021-2022 e quebrar recorde histórico*. Obtido em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/65533440/producao-mundial-de-cafe-robusta-deve-atingir-77-1-milhoes-de-sacas-de-60kg-na-safra-2021-2022-e-quebrar-recorde-historico>. Acessado em: 13 de janeiro de 2022.
- EY (2021). *ESG nas Instituições Financeiras*. Obtido em: https://www.ey.com/pt_br/banking-capital-markets/estudo-esg-ey. Acessado em 22 de junho de 2021.
- Fernandes, S.A. (2008). Gênero e Políticas de Crédito: O Pronaf-Mulher em Santa Catarina. *Dissertação de Mestrado em Sociologia*. Florianópolis, SC, Brasil, UFSC.
- Governo do Brasil (2017). *Revisão voluntária nacional sobre os objetivos de desenvolvimento da sustentabilidade*. Secretaria de Governo da Presidência da República e pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Obtido em: https://sustainabledevelopment-un.org.translate.goog/memberstates/brazil?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR. Acessado em: 31 de janeiro de 2022
- Huatuco, L. H., & Ball, P. D. (2019). The quest for achieving United Nations sustainability development goals (SDGs): Infrastructure an innovation for responsible production and consumption. *RAUSP*, 54(3), PP.357-362;
- International Women's Coffee Alliance– Capítulo Brasil [IWCA Brasil] (2022). Obtido em: <http://www.iwcabrasil.com.br/iwca>. Acessado em: 05 de outubro de 2020.
- Lisboa, T. K.; Lusa, M. G. (2010) Desenvolvimento Sustentável com Perspectiva de Gênero - Brasil, México e Cuba: Mulheres Protagonistas no Meio Rural. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 336, setembro-dezembro.
- Mckinsey Global Institute (2016). Delivering the power of parity: Toward a More Gender-Equal Society Discussion Paper. Obtido em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/employment-and-growth/realizing-gender-equalitys-12-trillion-economic-opportunity#>. Acessado em 23 de abril de 2020.

- Menezes, R. S. S.; Boaventura, Q. S. (2017). Narrativas de mulheres do café no Cerrado Mineiro: trajetórias comuns? In Arzabe, C., Macieira, J. C., Menezes, R. S. S., Baliza, D. P., & Mourão, T. F. (Eds.) *Mulheres dos Cafés no Brasil*, pp. 315. Brasília, DF: EMBRAPA.+
- Menezes, R. S. S.; Silva, F. D.; & Katagiri, K. A. (2016). Mulheres na gestão de organizações rurais e do agronegócio. In: Carrieri, A. P.; Teixeira, J. C.; Nascimento, M. C. R.(Orgs) *Gênero e Trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais*, pp. 367. Salvador, BA: EDUFBA.
- Monteiro, G. A. F.; Miranda, B.; V.; Rodrigues, V. P.; Saes, M. S. M. (2021) ESG: disentangling the governance pillar. *RAUSP Management Journal* Vol. 56 No. 4, 2021 pp. 482-487 Emerald Publishing Limited 2531-0488 DOI 10.1108/RAUSP-06-2021-0121
- Nascimento, A. P. (2017). Mulheres do Café: Um Estudo com as Pesquisadoras do Sul de Minas Gerais. *Dissertação de Mestrado em Administração*, Lavras, MG, Brasil, UFLA.
- Nelson, J.; Porth, M.; Valikai, K.; McGee, H. (2015) A path to Empowerment: The role of corporations in supporting women's economic progress. *Summary report of a roundtable series on women's economic empowerment* CSR Initiative at the Harvard Kennedy School and the U.S. Chamber of Commerce Foundation Corporate Citizenship Center. Obtido on-line em: <https://www.uschamberfoundation.org/sites/default/files/Path%20to%20Empowerment%20Report%20Final.pdf>. Acesso em 31 de janeiro de 2022.
- Nogueira, V, G. C.; & Fuscaldi, K. C. (2018) *Painel de Especialistas e Delphi: Métodos complementares na elaboração de estudos de futuro Guia Orientador*. Brasília, DF: EMBRAPA.
- Organização das Nações Unidas UN Women [ONU] (2019). *Progress of the World's Women 2019-2020: Families in a Changing World*. Obtido em: [progress-of-the-worlds-women-2019-2020-en.pdf](https://www.unwomen.org/en/news/stories/2019/12/progress-of-the-worlds-women-2019-2020-en) (unwomen.org). Acessado em 22 de junho de 2021.
- Quisumbing, A, R., Meinzen-Dick, R. S. S., Raney, T.R, Croppenstedt, A., Behrman, J. A, & Peterman, A. (2014). Closing the Knowledge Gap on Gender in Agriculture. In Quisumbing, A.R. et al. (Eds.). *Gender in Agriculture: Closing the Knowledge Gap*. FAO The Food and Agriculture Organization of the United Nations and Springer Science.
- Waltz, A. (2016) The women who feed us: Gender empowerment (or lack thereof) in rural Southern Brazil, *Journal of Rural Studies*, 47, pp. 31-40.